

Carta Capital, 28 de junho de 2021

Incompetência do governo ameaça comprometer parte das exportações

A alta das commodities costuma favorecer governantes dos países produtores, mas o Brasil arrisca quebrar a tradição

Por: Carlos Drummond

Maior repetiu efeito contraditório das commodities na economia, com alta recorde de 33,7% nas exportações do agronegócio e inflação dobrada para os mais pobres, sob influência da alta dos produtos primários que são alimentos. O índice de miséria calculado pela MB Associados foi o maior em nove anos e a proporção da riqueza em poder do 1% de brasileiros no topo da pirâmide chegou a 50% do total, informou o banco Credit Suisse.

O duplo aspecto do setor de commodities, de proporcionar ganhos expressivos para poucos, mas ser incapaz de disseminar benefícios e encaminhar o desenvolvimento econômico e social, é o destaque de uma mudança recente da economia, que pouco ou nada tem a ver com ações do governo. A reversão das expectativas do chamado mercado em relação ao PIB, retratada na medição semanal feita pelo Banco Central, de negativa, há dois meses e meio, para positiva, com a estimativa de avanço de 5% neste ano, é consequência do ciclo mundial de alta dos preços dos produtos básicos iniciado em setembro e da recomposição dos estoques das empresas consumidos na pandemia.

A base aliada de Bolsonaro está de olho grande na sobra de caixa em 2022

Os desastres em série produzidos pela turma de Brasília ameaçam, entretanto, comprometer ao menos em parte o benefício político histórico que os ciclos de alta das cotações de produtos primários costumam proporcionar aos governantes dos países dependentes desse mercado, caso do Brasil. O desempenho da atual administração fica aquém, inclusive, da gestão dos seus antecessores fardados que também ampliaram a desigualdade e massacraram opositores a partir de 1964, mas geraram empregos qualificados e melhoraram as condições de vida da classe média,

uma consequência, em primeiro lugar, da industrialização, que foi revertida por FHC e pisoteada pelo atual governo, mostram dados e análises de economistas. Mas não é preciso se preocupar, tranquiliza o ministro da Economia, Paulo Guedes, pois a desigualdade será combatida com a distribuição das sobras de comida da classe média aos pobres. Além de ofender, Guedes esclareceu em uma frase como vê as políticas públicas, apenas como um resto da sua agenda econômica destinada, antes de tudo, a enriquecer ainda mais os ricos.

A incompetência do governo ameaça comprometer ao menos parte das exportações do agronegócio, projetadas por alguns analistas em 120 bilhões de dólares neste ano, 20% acima de 2020, em decorrência da crise hídrica, que tem muito menos a ver com a natureza do que com a imprevidência e a insuficiência de investimentos coordenados pelo Estado. Além disso, as quebras de safra estimadas devido ao baixo volume de chuvas tendem a aumentar ainda mais se o governo concretizar a intenção de restringir o uso da água para atenuar o esvaziamento dos reservatórios, o que afetaria os 3% da área plantada que é irrigada. Outro exemplo é a privatização da Eletrobras, aprovada pelo Congresso, que, além de pôr em risco o sistema nacional de energia elétrica, aumentará a conta de luz anual em 14%, segundo cálculo da associação dos engenheiros da empresa.

“As commodities e a exportação de primários são importantes porque foi o que sobrou, tiraram a indústria e é a única coisa que mantém o Brasil vivo economicamente. O problema é que, por mais que o agronegócio ande bem, não consegue dinamizar o País, ao contrário da indústria, que irradia inovação na sua cadeia produtiva e no conjunto da economia”, sublinha o economista Waldir Quadros, professor da Facamp, de Campinas, e docente aposentado do Instituto de Economia da Unicamp. O dinamismo do agronegócio restringe-se às áreas onde ele opera, a exemplo da Região Centro Oeste. “Além disso, esse setor cria poucos empregos e quase não paga imposto, o que é vergonhoso”, dispara Quadros. Segundo levantamento do economista Thomaz Ferreira Jensen e do advogado Marcelo Carneiro Novaes, o total das exportações do agronegócio em 2019 proporcionou uma receita tributária de apenas 16,3 mil reais em Imposto de Exportação.

“Uma verdade inconveniente é que a variação do PIB brasileiro está cada vez mais ligada aos ciclos de preços das commodities, que, além do

impacto direto sobre o setor exportador, tem desdobramentos financeiros, entre outros”, destacou Bráulio Borges, pesquisador associado do FGV-Ibre e economista sênior da consultoria LCA, em debate organizado pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Nos últimos 25 anos, acrescentou, a correlação simples entre os ciclos de commodities e o PIB brasileiro é de 72%. Essa correlação implica causalidade, porque o mercado internacional de commodities é uma esfera sobre a qual o Brasil tem muito pouca influência. Outra causa do crescimento esperado do PIB é a recomposição dos estoques consumidos em 2020, quando muitos setores foram paralisados devido à pandemia. Calcula-se que 1,5 ponto porcentual dos 5% de aumento do PIB corresponderá à recomposição de estoques. A projeção de crescimento inclui o chamado efeito de carregamento estatístico, que, após a queda de 4% em 2020, “entregou” até agora crescimento de 3,6% neste ano.

Segundo Luiz Fernando de Paula, professor do Instituto de Economia da UFRJ e coordenador do Grupo de Estudos de Economia e Política do Iesp/Uerj, o fato de a inflação permitir a expansão dos gastos em termos nominais no próximo ano, apesar do teto de gastos, abre a possibilidade, acalentada pelo governo, de aumento do Bolsa Família, que tem efeito político importante. A pauta de Bolsonaro inclui a desoneração da cesta básica, a isenção do Imposto de Renda para idosos, o reajuste para os servidores e o aumento do seguro-desemprego.

“Vão sobrar entre 30 bilhões e 40 bilhões de reais para o governo gastar no ano que vem. A questão é que esse dinheiro está sendo disputado a tapa com o Congresso, que tem demandas paroquiais para a sua utilização com vista a maximizar as possibilidades eleitorais dos deputados e isso, obviamente, conflita com o governo federal, ressalta Borges. Prevê-se uma briga acirrada em torno do orçamento, entre Executivo e Legislativo, que começará oficialmente depois de 31 de agosto, quando o governo envia a proposta orçamentária ao Congresso. Há, no entanto, vários riscos. “Um dos principais perigos são os efeitos sociais da histerese, que faz o País ter crescimento com taxa de desemprego elevadíssima”, sublinha De Paula. A histerese é a persistência de um efeito econômico mesmo após a remoção ou o término da sua causa, a exemplo da continuidade do desemprego elevado depois do fim da recessão e da retomada de taxas positivas de crescimento. “Será que a economia vai recuperar com a diminuição do

desemprego em termos razoáveis ou haverá crescimento com baixa incorporação de trabalho, pequeno aumento da renda, ampliação da desigualdade social?”, indaga o economista.

Apesar de o PIB do primeiro trimestre ter voltado ao nível da pré-pandemia, o produto de “outros serviços”, que responde por 15% do total, mas por 30% dos empregos, ainda está 10% abaixo do patamar anterior à Covid-19. Isso se reflete na taxa de desemprego, que atingiu 15% no ano passado e está em 13,5%, superior ao nível da pré-pandemia, de 11,5% no fim de 2019. A taxa não deve cair tão cedo, preveem vários analistas, porque as empresas não abrirão mão dos ganhos de produtividade no uso de mão de obra obtidos nos setores mais intensivos em contatos pessoa a pessoa e adotaram tecnologias poupadoras de mão de obra.

O racionamento de energia continua no horizonte

Outro fator negativo, aponta De Paula, é a crise de energia, “um bicho-papão que não se sabe o quanto vai perturbar a retomada do crescimento”. Gomes argumenta que, se é preciso fazer racionamento, isso deveria estar começando agora, no período seco, para preservar os reservatórios até o próximo período úmido. Não por acaso, diz, o racionamento de 2001 foi anunciado em abril e realizado de junho de 2001 a fevereiro de 2002. “A decisão política que o atual governo tomou foi levar a economia no fio da navalha, do ponto de vista de gestão dos reservatórios e torcer para que em novembro, no fim do período seco, eles estejam com ao menos 10% da capacidade de armazenagem nas regiões Sudeste e Centro-Oeste”. Até o momento, acrescenta, não há nenhum movimento do governo rumo a uma gestão eficiente do problema. “O passado recente mostra que a elasticidade da carga/demanda de energia em relação ao PIB está em torno de 1,2 e 1,3 vezes, isto é, se o PIB crescer muito mais que os 5% projetados hoje, a carga de energia pode crescer mais de 6%. Este seria um limite”, prevê Borges.

A importância do agronegócio para o País é clara, mas as restrições que a política econômica centrada na produção e venda de commodities impõe ao desenvolvimento nem sempre ficam evidentes. O economista Guilherme Magacho, da Agence Française de Développement (AFD), esclarece como a balança comercial do setor beneficia e prejudica o País ao mesmo tempo. “Embora a agropecuária brasileira seja geradora líquida de divisas, pois

suas exportações superam a quantidade de insumos necessários para sua produção, como fertilizantes e máquinas agrícolas, o setor é extremamente dependente das importações para produção. O Brasil é um dos principais importadores desses insumos agrícolas, que vêm principalmente da Europa. A redução geral das alíquotas, como planeja o governo, tende a intensificar esse padrão comercial, no qual o Brasil importa insumos sofisticados, como fertilizantes, pesticidas e máquinas e equipamentos agrícolas, e exporta produtos agropecuários.”

A questão que emerge, sublinha Magacho, é que o Brasil se especializará cada vez mais em produtos menos sofisticados tecnologicamente e que geram menos empregos, enquanto aumentará suas importações de produtos mais complexos que geram mais e melhores postos de trabalho. Um potencial dinamizador da agricultura que é usado hoje para impulsionar a indústria e os serviços tecnológicos estrangeiros.

Fonte original: <https://www.cartacapital.com.br/economia/incompetencia-do-governo-ameaca-comprometer-parte-das-exportacoes/>